



*Câmara Municipal de São Paulo*

**Vereador Eliseu Gabriel - PSB**

Viaduto Jacareí, 100 - 6º. Andar

conj 605 - CEP 01319-900

Tel.: (11) 3396-4403

Fax.: (11) 3106-1065

**e-mail: [vereador@eliseugabriel.com.br](mailto:vereador@eliseugabriel.com.br)**

**site: [www.eliseugabriel.com.br](http://www.eliseugabriel.com.br)**

# PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Ciclo de Debates na Câmara  
Municipal de São Paulo

**Volume II**



## PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

### Ciclo de Debates na Câmara Municipal de São Paulo: CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL – CIEP X CEU

**Coordenação:** vereador **Eliseu Gabriel**

**Redação:** **Eliseu Gabriel**, professor e vereador de São Paulo.

**Silvia Gouveia Oliveira**, professora, coordenadora pedagógica da rede municipal



**1ª. Edição:** 10.000 exemplares  
São Paulo, fevereiro de 2010

## INTRODUÇÃO



O processo de construção do Plano Municipal de Educação de São Paulo (PME)\*, com a participação da sociedade, já está em franco andamento. A luta de todos nós tem valido a pena.

O Secretário da Educação do Município, através de portaria de agosto de 2008, deu início ao processo. As perspectivas são boas, tem havido oportunidade real de participação e um crescente interesse de vários setores sociais.

No final de 2007 organizamos, na Câmara Municipal, um seminário bastante concorrido sobre o Plano. Logo depois, publicamos um livreto\*\* com o relato do evento e suas principais conclusões.

Para continuar com a mobilização social em torno do processo de elaboração do PME e também para trazer à Câmara Municipal mais reflexões sobre assuntos de importância estratégica para a educação na cidade de São Paulo, organizamos um Ciclo de Debates com temas centrais que deverão constar do Plano Municipal de Educação de São Paulo.

O primeiro debate deste ciclo, realizado no dia 18 de junho de 2009, tratou da Educação Integral, tendo como base as concepções que fundamentaram a implementação dos CIEP (Centro Integrado de Educação Pública) no Rio de Janeiro e dos CEU (Centro de Educação Unificado) em São Paulo.

Entendemos que nosso Plano Municipal de Educação deve ter como uma de suas bases a educação integral por três principais razões:

**1ª.-** Os graves problemas sociais, culturais e econômicos, a que está sujeita a imensa maioria dos alunos que chegam ao ensino formal;

**2ª.-** A perda da identidade cultural e pedagógica que a escola pública vem sofrendo por causa da rápida e desordenada ampliação de suas tarefas e compromissos não propriamente escolares. Há uma forte pressão para que assuma responsabilidades bem mais amplas do que tinha tradicionalmente;

**3ª.-** A realidade de hoje tem levado as demandas sócio-integradoras a assumirem papel central no dia a dia da escola, mesmo que isso não seja uma ação deliberada ou uma escolha de política educacional. Trouxemos para o debate duas das mais importantes personalidades que estiveram na base da construção das duas principais experiências brasileiras nesse assunto:

- Pelo CIEP veio, do Rio de Janeiro, a professora

Laurinda de Miranda Barbosa que faz parte da Fundação Darcy Ribeiro e esteve na equipe que organizou o CIEP desde o primeiro programa especial de Educação, ocupando a função de diretora do departamento geral da Secretaria de Educação do município do Rio de Janeiro;

-As concepções dos CEUs foram apresentadas pela Profa Maria Aparecida Perez, que foi a Secretária da Educação do Município de São Paulo no governo de Marta Suplicy, quando começou a implantação desses equipamentos.

Contamos também com a participação do professor Cesar Callegari, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, do professor Severiano Garcia Neto, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e das entidades parceiras na organização desse importante evento. Superou, em muito, nossa expectativa, as brilhantes apresentações que estão registradas nesse pequeno livro.

Boa leitura!

**Vereador prof. Eliseu Gabriel**  
**Presidente da Comissão de Educação da**  
**Câmara Municipal de São Paulo**

# CICLO DE DEBATES NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

\*Pela Lei Federal 10.172 de 2001, o Plano Municipal de Educação deve ser um Plano que dá as diretrizes da educação no município por um longo prazo, de 10 anos pelo menos. O poder executivo deve tomar a iniciativa de elaborar, com ampla participação da sociedade, um Projeto de Lei que deve ser enviado à Câmara de Vereadores para ser votado e transformado em Lei. Como não foi determinado prazo, muitas cidades e Estados ainda não fizeram seus Planos.

\*\* Plano Municipal de Educação de São Paulo – Vol. 1. Você pode baixar todo seu conteúdo no site [www.eliseugabriel.com.br](http://www.eliseugabriel.com.br) ou solicitar um exemplar pelo telefone (11) 3396-4403



## I. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL – CIEP X CEU

### A Concepção de Educação Integral do CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

LAURINDA DE MIRANDA BARBOSA



- Fez parte da equipe do professor Darcy Ribeiro desde o primeiro programa especial de Educação, ocupando a função de diretora do departamento geral da Secretaria de Educação do município do Rio de Janeiro;
- É membro da Fundação Darcy Ribeiro.

A Prof<sup>a</sup> Laurinda de Miranda Barbosa abriu o evento resgatando o processo histórico da implantação dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, programa especial de educação com escolas de horário e educação integral, ocorrido entre 1983-1986 e 1991-1994 no Rio de Janeiro.

Ressaltou que a iniciativa do Vereador Eliseu Gabriel em promover este debate foi muito importante no que se refere à dimensão da educação como visão política e não apenas como visão de algumas expectativas ou soluções pontuais. Para ela, a escola passa hoje a ter uma série de responsabilidades como se tivesse perdido seu próprio caminho, perdido a resposta de qual é seu papel social. “É isso que se tenta, resgatar o papel social, se é que se pode falar em resgatar porque o mundo é outro. Mas que se dê a essa escola um papel social inegável que ela deve ter”.

O Professor Darcy Ribeiro, desde o início de sua atuação frente aos CIEPs, colocou várias tríades, cada uma com representantes da sua própria equipe, da Secretaria Municipal de Educação e de representantes da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Das discussões oriundas dessas tríades foram montadas as propostas para as bibliotecas, para o projeto pedagógico e o plano de saúde, até culminar com a implantação do primeiro CIEP em 1985, no Largo do Machado, Rio de Janeiro.

Disse que a partir do tema proposto neste ciclo de debates é muito importante, ao se discutir a questão do horário integral, termos uma idéia

mais clara do que é educação integral. Não é exclusivamente manter a criança por um período maior na escola; é preciso que se tenha uma concepção clara do que é educação integral, já que é um equívoco muito grande pensar que basta aumentar o horário para se ter mudanças. Se a escola e o horário não são bons, aumentando-se seu horário ela será, provavelmente, duas vezes pior com o tempo integral.

Ressaltou que não é fácil ocupar adequadamente o tempo integral, para propiciar uma educação integral, porque vamos lidar com concepções do conhecimento extremamente arraigadas em nós, oriundas do século XIX. O conhecimento ainda hoje é fragmentado e, para a escola, não é fácil tomá-lo com uma visão integrada, com uma visão interdisciplinar. “Há vinte anos, quando nós tínhamos esses senões, e é incrível que se veja hoje as mesmas questões sendo discutidas. Lá atrás tínhamos o desafio do desconhecido, nenhum de nós tinha experiência de uma escola de horário integral e de concepção integral de educação”. Nesse período surgiram as primeiras associações de moradores tomando importância, havia um espírito de democracia muito intenso e a idéia de uma integração escola-comunidade com participação de professores, alunos e comunidade.



Relatou que a educação foi prioridade nos dois governos de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro, quando o investimento chegou perto de 49% do orçamento, tendo a qualidade social do ensino como sustentáculo fundamental da cidadania. Três foram os eixos norteadores da proposta pedagógica: Educação – Cultura – Saúde.

A Saúde não se restringiu às atividades formais da equipe médico–odontológica. Integrou-se às outras atividades culturais e pedagógicas, nas áreas de Saúde e Saúde Ambiental. O resultado esperado era uma consciência de vida saudável, defesa ambiental e dos direitos de saúde. Em cada CIEP havia um Núcleo de Saúde, com médicos, enfermeiros e odontólogos. Tudo era oferecido aos alunos, como prevenção, na perspectiva de uma vida saudável. A saúde representava também

uma ação pedagógica, e o meio ambiente não era além, alguém ou ao lado; fazia parte da concepção de vida, de educação, de saúde.

Cultura: traduz o modo como os homens vivem e atuam neste mundo, como marcam seu tempo e seu espaço, criando um universo concreto, distinto da natureza. A cultura foi trabalhada nos CIEPs através da Animação Cultural: eixo integrador entre a vida comunitária e a escola.

A educação faz parte da construção da cultura. O animador cultural era uma das figuras mais importantes, talvez a mais revolucionária dos CIEPs, e tão revolucionária era que foi a primeira coisa a acabar. Esse animador podia ser homem ou mulher que tivesse alguma relação com a cultura daquela comunidade próxima do CIEP. Podia trabalhar no circo, ser poeta popular, artesão, artista plástico, enfim, alguém que tivesse a sensibilidade de perceber, viver e manifestar a cultura de seu entorno.

A Prof<sup>a</sup> Laurinda lembrou que a escola pública já foi considerada muito boa, mas para uma certa classe média que estava bem próxima da escola, dos professores, de sua ética, de seus costumes, de sua cultura. No momento em que chega à população vinda do campo, com outra cultura totalmente diferente da urbana, começa a haver um

embate. Naquele momento a escola se via como de classe média, para formar uma classe média, para conduzir o Brasil que se industrializava. São Paulo e Rio de Janeiro foram as cidades que mais receberam pessoas de várias outras regiões do Brasil, que trouxeram outro tipo de cultura, de linguajar, maneira diferente de vestir e de cozinhar; pessoas de camada mais pobre da população com manifestações diferentes de sua cultura. A ideia de Darcy Ribeiro era trazer esta cultura para dentro da escola através do animador cultural, fazendo com que o aluno se identificasse com sua cultura e não se sentisse excluído da mesma.

A ideia era trazer para o currículo essa cultura, que não era maior nem menor, e fazer com que o aluno valorizasse sua identidade e se abrisse para outras formas de manifestação cultural. Sabemos que, na medida em que conhecemos outras culturas, podemos nos abrir para outros conhecimentos, para novos horizontes.

A proposta pedagógica objetivava propiciar a relação entre teoria e prática, já que a preocupação empírica é tão importante quanto a teórica. A Língua Portuguesa era o elo integrador do trabalho interdisciplinar.

Os CIEPs sofreram muitas críticas. Diziam que não possuíam proposta pedagógica; contudo aparecia em todos os livros oficiais; estava sendo



construída a partir de uma série de concepções epistemológicas, como por exemplo, o construtivismo. A preocupação, quando se falava do currículo essencial, era afastar a concepção de um currículo menor, pois o que se pretendia era dar significação ao conhecimento, que aquele conhecimento tivesse um significado para o aluno. A crise da escola de hoje se relaciona ao fato de que os alunos perguntam muito e, muitas vezes, o professor é incapaz de mostrar que aquele conhecimento tem significado em sua vida. Dar sentido para aquilo que se está aprendendo na escola foi fruto dos estudos dos anos 80.

O planejamento da escola não era feito da forma tradicional com as aulas formais pela manhã e as demais atividades à tarde. O horário era montado de forma integrada, em que se dividia tanto as atividades formais como as outras atividades

no decorrer do dia entre dois recreios e hora do almoço. Isso é escola integral, atingindo o cognitivo e a sensibilidade.

Nos CIEPs a avaliação continuada do desempenho acadêmico dos alunos era constante e coletiva: estudo dirigido, recuperação paralela, complementação dos estudos. Seus objetivos educacionais eram claros, com diagnóstico preciso da situação do aluno no início do convívio escolar e acompanhamento do processo.

A avaliação continuada foi estudada a partir de uma perspectiva de mudança, e foi o primeiro documento elaborado pela equipe. Este material foi mandado para discussão em todas as escolas. Depois o Rio de Janeiro foi dividido em 7 núcleos com representantes dessas unidades educacionais.



Sabia-se que a reprovação não garantia o melhor desempenho do aluno; por isso o acompanhamento constante e coletivo. “Era importante que na medida em que o aluno começasse a ter dificuldade aqui ou ali, imediatamente essa dificuldade fosse atendido, para que as dificuldades não se acumulassem e, no final, esse aluno não fosse reprovado”. O professor de sala registrava as dificuldades do aluno e as passava para o professor que era responsável pelas salas de estudo dirigido, nas quais se encontravam bibliotecas próprias para o estudo”.

Na escola de tempo integral devemos pensar no homem integral. “Nós temos uma visão holística do homem, da natureza: essa concepção se foi construindo no fazer”. Havia uma avaliação diagnóstica para saber como o aluno chegou, qual sua situação, e depois um acompanhamento processual para verificar a superação desses alunos.

A construção da proposta exigiu formação continuada do magistério e elevação no nível de qualificação geral dos profissionais envolvidos no processo educacional dos Centros Integrados de Educação Pública.

Ocorreu a articulação das equipes de formação continuada dos profissionais com as responsáveis pelo material didático, estudo dirigido, teledifusão, informática, a fim de enfatizar o caráter processual da prática educativa.

A formação continuada caracterizou-se pela formação em serviço e em encontros sistemáticos e frequentes em polos regionais ou em seminários estaduais. Darcy Ribeiro dizia que cada CIEP era uma escola de formação de professor. Ele teve um sonho: queria que, assim como havia uma iniciação científica, houvesse uma iniciação docente; como uma residência médica, uma residência educacional.

A BIBLIOTECA: não era uma sala de leitura, era uma biblioteca de fato. Essa biblioteca ficava aberta a professores e alunos e à comunidade nos finais de semana. As Bibliotecas se articulavam com a Biblioteca Pública do Estado que disponibilizava todo um acervo de títulos, banco de dados, vídeos e processamento técnico do acervo.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA: instrumento de apoio ao desenvolvimento de habilidades cognitivas do aluno, elemento favorável à

individualização do acompanhamento da aprendizagem do aluno, estímulo do trabalho em grupo e facilitador da aprendizagem quando ligados em rede.

Para a prof<sup>a</sup> Laurinda, as escolas de 4 horas não dão conta: “Hoje as exigências do conhecimento são muito grandes e as escolas da maioria dos países são escolas de 6 a 8 horas. A maioria estuda em escola pública. Em qualquer lugar que se vá, na América Latina, no Chile, as escolas são de horário integral. Aqui no Brasil isso é um problema; então é preciso saber o que as elites brasileiras pensam para a educação do povo”.

## **A Concepção de Educação Integral do CEU – Centro Educacional Unificado**

### **MARIA APARECIDA PEREZ**



- Ex-Secretária Municipal de Educação da cidade de São Paulo.

Para a prof<sup>a</sup> Maria Aparecida Perez, pensar educação, hoje, do ponto de vista democrático, é pensá-la na perspectiva de construir e consolidar uma sociedade capaz de assegurar

direitos sociais, políticos, econômicos e culturais a todos os cidadãos e cidadãs. Numa sociedade socialmente democrática deve haver escola pública, em todos os níveis, de qualidade similar para todos. Se as pessoas nascem com grandes desigualdades sociais, a escola deve contribuir para diminuir esse abismo e não para aprofundá-lo. Aqueles que quiserem, por razões religiosas ou outras, ter seus filhos em escolas privadas, podem fazê-lo, mas todos que desejarem devem gozar do mesmo ensino – gratuito e de qualidade. A educação é uma das funções mais importantes de um Estado democrático. É essencial para a construção de uma democracia com alma social, de inclusão e de universalização de direitos.

A professora resgatou a época da ditadura, em que assistimos a desconstrução da escola pública: arrocho salarial, diminuição da jornada escolar, empobrecimento dos espaços escolares. Estes fatos levaram à queda da qualidade educacional. O modelo econômico adotado pela ditadura, concentrador de renda, foi responsável pelo aprofundamento das desigualdades e da exclusão social no Brasil. Outra consequência do modelo adotado foi a degradação dos serviços públicos em geral e a dos de saúde e educação em particular.

A escola pública, com a ruptura da convivência entre crianças e jovens das classes pobres e da classe média nas escolas públicas, passou a ser “tema de pobre”, com dificuldade de encontrar visibilidade pública. A partir da LDB de 96 e da criação do FUNDEF tivemos a expansão da oferta de vagas para o ensino fundamental, contudo a qualidade continuou descuidada.



Num contexto sócio-cultural, político e histórico, pensar em qualidade é pensar num currículo concebido como instrumento privilegiado de construção de identidades, de subjetividades - que somente se constroem na relação com os outros. Manifesta-se na relação entre sujeitos, permeada pelo exercício do poder. A afirmação do caráter social do valor e da qualidade da educação

exige rupturas culturais, pois a educação no Brasil teve sempre um caráter seletivo e legitimador de privilégios.

Pensar em Qualidade Social da Educação significa, para a prof<sup>a</sup> Aparecida Perez, garantir a todo cidadão, o acesso ao conhecimento socialmente produzido e sistematizado, como instrumento de compreensão do mundo, das relações com a natureza, com a cultura e com a sociedade e de emancipação individual e coletiva, na perspectiva de construir uma sociedade justa e igualitária. Não se trata de melhorar estatísticas do atendimento ou de garantir a melhor relação custo e benefício, seguindo a lógica do mercado, mas, sim, caminhar na lógica que considera o sujeito como sujeito de direitos e a Educação como direito social.

A proposta educacional, na gestão Marta Suplicy, com maior visibilidade no CEU era, além de ofertar a vaga, oferecer espaços privilegiados para a reflexão e construção conjunta de conhecimentos, aliados à criação e apropriação pela comunidade das mais

variadas formas de manifestações culturais, e que, ao mesmo tempo, favorecesse a organização de diferentes movimentos e segmentos sociais. Toda a política educacional traçada objetivou o fortalecimento da escola pública, associando-a ao desenvolvimento comunitário.

É nesse contexto que a Educação Integral foi pensada. Educação Integral, (Educação Inclusiva) é mais que a oferta de horário integral pelas unidades educacionais. É a possibilidade de trabalhar todas as áreas do conhecimento em diversos locais, horários e situações favorecendo a compreensão dos conteúdos curriculares trabalhados em sala de aula, fortalecendo o processo ensino-aprendizagem. Significa rever a fragmentação do tempo e dos espaços escolares, do currículo quanto às atividades lúdicas e pedagógicas, ao cuidado e à educação, aos conteúdos por área do conhecimento e da disciplina para que não haja a perda do significado e do sentido desses saberes, nas condições de trabalho e de formação para os trabalhadores da educação.

Não se pode pensar em Educação Integral sem pensar em diálogo entre os diferentes sujeitos da comunidade escolar e do entorno, da solidariedade, da convivência comunitária, da cooperação e da justiça social, a aceitação e o respeito às diferenças individuais e o esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, tornando menos desiguais as relações sociais.

É preciso tornar a escola, enquanto espaço institucional, um lugar no qual as diferenças (de gênero, étnicas, culturais, corporais, cognitivas) sejam reconhecidas e consideradas. Além disso, a convivência entre os diferentes deve permitir a construção individual e coletiva da identidade de cada aluno para a constituição de sua autonomia. As diferenças constituem soluções e não problemas, desde que sejam reconhecidas, valorizadas e consideradas como ponto de partida para a construção do conhecimento, orientando o processo de ensino, aprendizagem e avaliação.

Significa promover atividades que contemplem o desenvolvimento de habilidades das

crianças, jovens e adultos, bem como a apropriação de diferentes linguagens, como forma de ampliar suas possibilidades de manifestação e produção cultural local. O envolvimento e a organização da comunidade do entorno são essenciais para garantir os objetivos educacionais, socioculturais e esportivos na concepção de Educação Integral estimulando o desenvolvimento de uma identidade local. O sentimento de pertencimento é fundamental para garantir a participação da comunidade. Isto vale para a elaboração do Plano Municipal de Educação -PME, para que ele realmente tenha significado e possa ser acompanhado pela sociedade.

Significa enxergar as crianças e adolescentes como co-participantes no processo de mudança, de melhoria de sua vida, de sua família, de sua comunidade. Significa não torná-los dependentes e agradecidos aos adultos, mas sim sujeito de direitos com capacidade de exercê-los.



O grande desafio de uma política educacional é garantir, a todos e a todas, educandos e educadores, mecanismos significativos de aprendizagem (qualidade), acesso e permanência, de diálogo e participação, respeitando a diversidade humana existente na sociedade.

Temos que ter claro que os resultados não são imediatos e sim construídos ao longo de um tempo (processo educacional) exigindo um novo pacto social local de mudança de cultura no sistema educacional. Por isso a importância em construirmos, avaliarmos e repensarmos as políticas públicas. Os professores e educadores devem compreender que continuam sendo os principais atores no processo educacional, mas que podem e devem contar com parceiros institucionais ou não, com outros espaços além da sala de aula e da escola.

Para se compreender a proposta do CEU é necessário compreender a trajetória e o processo de formação da sociedade brasileira, antepassado direto das desigualdades e ex-

clusões sociais de São Paulo, e de nosso país, das diferenças de direitos básicos entre homens e mulheres; dos direitos de crianças e jovens; dos preconceitos de raça; da concentração de riquezas nas mãos de poucos e da pobreza de muitos; dos índices ainda vergonhosos de analfabetismo e de evasão escolar; do caráter ainda elitista e antidemocrático de nossas instituições.



### **Os CEUs**

Os CEUs foram concebidos com uma proposta de inverter a lógica de concentração e polarização dos espaços culturais da cidade para dar condições de enfrentamento da exclusão social na direção da igualdade e, do respeito à diversidade humana.

Com a compreensão de que o processo de aprendizagem e desenvolvimento inerentes à Educação se desenvolve em múltiplos espaços e não está centralizado em um único sujeito, mas em vários, tanto dentro dos muros da escola como fora deles, amplia-se o campo da ação pedagógica.

Cada unidade foi pensada para ofertar novas vagas, cerca de 2.500 em suas três escolas (CEI, EMEI e EMEF), mas também para toda a família e comunidade. Assim, os CEUs contavam com teatro, biblioteca, oficinas de dança e música, (EMIA), orquestra de cordas, salas multimeios, telecentro, ginásio coberto, piscinas, quadras esportivas e pista de skate, além da base comunitária.

Com a implantação dos CEUS (dos 45 planejados 21 foram construídos entre 2002 e 2003), queríamos que os educadores e a comunidade, por meio da socialização, debate e compreensão das informações, percebessem outras possibilidades de espaço para o processo de ensino aprendizagem, o que possibilitaria romper com uma cultura já insti-

tuída e conhecida. Compartilhamos a gestão com a Secretaria da Cultura, com a Secretaria dos Esportes e com a comunidade, formando o Conselho Gestor. Queríamos formar a rede CEU integrando outros equipamentos públicos e em regiões onde não são necessárias novas construções.

O que se pretendia, como dizia Paulo Freire, era uma escola bonita, feliz, fraterna, democrática e popular em São Paulo, onde o prazer pela descoberta, a curiosidade, a capacidade de aprender integrem um processo de construção do conhecimento que instigue a criação e reflexão crítica, permitindo o desenvolvimento da autonomia intelectual de alunos e professores. Uma escola na qual o exercício da liberdade e da cidadania, assim como o trabalho significativo, seja uma ação constante. Uma escola que respeite e valorize as diversidades culturais, étnicas e de gênero, que se constitua em referência para cada comunidade.

Que a escola seja também um local de criação e difusão cultural, permitindo que a

população se aproprie do espaço público e dos conhecimentos que nele se produzam, contribuindo, assim, com a percepção que temos de nossa existência e de nosso papel social – individual e coletivo.



## **Concepção de Educação Integral e Plano Municipal de Educação**

### **SEVERIANO GARCIA NETO**



- Conselheiro do Conselho Estadual de Educação;
- Diretor 1º Vice-Presidente do Sindicato de Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo – APASE.

Neste momento atravessamos duas grandes crises: uma de representação política, não

do sistema democrático que vem se consolidando, mas da necessidade de correções no processo, anseio apontado pela sociedade civil. A segunda crise é a da educação escolar, que também necessita de mudanças generalizadas.

As últimas publicações do ENEM mostram a situação precária na qual o Brasil se encontra. A fuga da classe média para a escola particular foi um engodo, porque, na verdade, as escolas federais e as escolas técnicas estaduais apresentaram desempenho maior que as escolas de elite. Este fato vem acontecendo em todo o país, mostrando que a crise na educação é geral. Estamos em crise: felizes somos nós. Seria muito ruim se estivéssemos cheios de ilusões e se não procurássemos melhorias.

A discussão do Plano Municipal de Educação deve ser levada, de fato, a todos os agentes que dela queiram participar, e não ser construído somente a partir da opinião de especialistas. É importante ouvirmos todos os envolvidos na escola e na comunidade

de seu entorno, assim, detectaremos todos os anseios existentes. É o momento de encontrarmos rumos. É possível encontrarmos soluções para os nossos problemas quando eles são explicitados.

Depois de todo o entusiasmo por ter participado de experiências que trouxeram avanços para a educação, creio que não podemos perdê-las. O Plano Municipal de Educação aponta para uma das soluções que deveremos estar levando para todo o município como forma de superação da crise.

### **CESAR CALLEGARI**



- Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação;
- Sociólogo, pós-graduado em Sociologia e Política;
- Membro do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no

âmbito da União;

- Secretário Municipal de Educação Cultura Ciência e Tecnologia de Taboão da Serra – SP (2005/2009).

Tenho grande interesse de participar no esforço desse trabalho. Para aqueles que pensavam naquela época que este trabalho era apenas eleitoreira, há que se pensar que o assunto foi tratado desde o início pelo vereador Eliseu e demais vereadores com a devida seriedade e amplitude.

O melhor momento para se pensar em Plano Municipal de Educação - PME é no início de um governo; primeiro porque estamos suficientemente distantes da conjuntura de natureza eleitoral e, também, suficientemente próximos aos compromissos que foram assumidos, não apenas pelas forças que venceram as eleições, mas por todos aqueles que participaram dos debates da educação na cidade. Temos aqui um conjunto de ingredientes altamente positivos para que o assunto seja retomado agora. O segundo momento da pertinência em se retomar a questão do PME na cidade de São Paulo corresponde a uma obrigação do poder público em realizar, no primeiro ano de governo, o Plano Plurianual. Não há nenhum sentido em se realizar um plano plurianual de quatro anos sem que

esteja amarrado em um plano muito maior, já que ele corresponde a objetivos e metas do poder público municipal.

Todos sabemos que a área municipal é apenas um dos ingredientes do Plano Municipal de Educação. O plano é de educação, de todas as forças e expectativas do município, envolvendo tanto a área municipal quanto as estadual, federal e privada, incluindo-se os movimentos sociais e demais forças políticas. A idéia de pensar a questão educacional para além da educação propriamente escolar é muito importante.

As diferentes dimensões do processo educativo estão presentes em escolas de educação integral. Nós temos que tomar como ponto de partida a idéia de que, além dos objetivos propriamente de desenvolvimento das habilidades cognitivas das crianças, jovens e adultos, objetivo básico das escolas, há uma outra dimensão. Esta vai além da questão educacional e deve mobilizar outros agentes do processo educativo, como por exemplo a articulação com as famílias, o desenvolvim-

ento de outras capacidades relacionadas a valores e outras linguagens.



Não vamos resolver o problema da educação como se fosse um problema setorial. O problema da educação, num país como o Brasil, não pode ser considerado como um problema de um setor, por mais estratégico que ele seja. A solução do problema educacional de todos os países depende de muitas outras questões, mas, sobretudo de ser pensada como um problema inteiro.

Não podemos pensar em um plano de educação para São Paulo sem deixar de pensar, em primeiro lugar, na concepção de uma cidade educadora, na qual a educação está em toda parte. São Paulo é uma cidade em movimento, com a maior parte de sua popu-

lação oriunda de perspectivas de conquistas de melhorias na condição de vida. Esse movimento social deve impregnar as ações educativas. Andando pelos bairros mais pobres nós vamos encontrar, em toda parte ações muito objetivas na idéia de progresso. Para as pessoas que vivem aqui a educação é um ponto chave; podem não ter tido escola, mas elas sabem que a educação é absolutamente indispensável para a concretização da sua idéia de progresso.

Um Plano Municipal de Educação deve partir do pressuposto de ser um plano para uma cidade educadora, no qual todas as dimensões, como por exemplo, as relações sociais e os diferentes aspectos dos programas públicos e privados, devem estar relacionados aos objetivos e metas claras em matéria de educação. O desafio parece ser muito grande, é por isso que a discussão da concepção de educação integral foi colocada pelo vereador Eliseu Gabriel com muita propriedade. É um ponto de partida muito correto para se pensar. Agradeço a oportunidade de poder participar de mais essa jornada.

## II. A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO DA CIDADE DE SÃO PAULO: REALIDADES PRESENTES E NECESSIDADES FUTURAS - ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS



### SILVIA POMPÉIA

- Educadora Labor;
- Doutoranda da PUC na área de Educação.

A experiência, que começou há cinco anos, trata de um trabalho com uma escola pública municipal e uma associação de bairro, motivada por um trabalho da PUC, tentando uma integração escola, família, ONG, que era, no caso, uma associação de bairro. Esta associação tinha creche conveniada com a prefeitura e projetos com jovens; por isso buscava integrar-se à escola. As crianças

quando saem da creche entram na escola de ensino fundamental e as famílias, acompanhando essa passagem, perceberam que havia um choque muito grande. Uma escola, parceira neste projeto, percebeu uma grande vantagem na integração entre os professores das primeiras séries com os educadores da ONG, já que as crianças menores vinham da creche e os jovens/adolescentes ficavam na escola em um período e em outro nos projetos da instituição. A ideia era integrar a associação, a escola e a família no espaço e no tempo simultaneamente, colocando juntos os educadores dessas três instituições, tentando planejar ações para que a criança e o jovem não ficassem soltos. Isto foi feito, com evolução lenta, mas foi feito.

Hoje temos outras escolas que aderiram ao projeto, uma inovação grande por conta dessa experiência vivida ali, trazendo uma série de consequências positivas, coisas que estão evoluindo e crescendo, ganhando uma força muito grande. O foco é a criança, o currículo a serviço da criança, e não o contrário. Uma das políticas mais perversas obser-

vadas é a não constituição das equipes, a não possibilidade de criar esse vínculo com a comunidade, com a criança. Tirando o vínculo piora a relação, não se criam espaços de confiança e pertencimento, dificultando tremendamente o processo. Não conseguimos aprender se não conseguimos estabelecer uma boa relação com nossos parceiros. Não se consegue aprender em uma escola que nega vínculo com a família, que nega a cultura, o bairro, a comunidade onde a criança vive.

## **ZENI DE FÁTIMA ASSIS**

• Coordenadora Pedagógica da EMEF  
Brigadeiro Faria Lima

A prof<sup>a</sup> é Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino falou sobre sua experiência na gestão de um dos CEUS da cidade de São Paulo. Ela foi diretora do CEU EMEF São Mateus nos anos de 2005/2006, no qual eram desenvolvidas atividades de caráter cultural, social e esportiva com o objetivo de estabelecer ligações com o processo pedagógico e as ações da equipe escolar. Os CEUs são

constituídos por três Unidades Educacionais, CEI, EMEI e EMEF, e pela Gestão, que é responsável pela parte administrativa geral; por isso a comunicação entre as quatro esferas tem que estar bem afinada. No início do ano são realizadas reuniões de planejamento tanto nas Unidades Educacionais quanto na Gestão, com previsão de atividades unificadas e envolvimento de todos, no intuito de atender crianças, adolescentes e comunidade local.

Os CEUS trabalham com algumas oficinas, que são realizadas durante os sete dias da semana, com duração média de 2 a 4 horas, geralmente com o atendimento em período integral. Além disso, dispõe de uma biblioteca destinada à comunidade local e de sala de leitura e laboratório de informática utilizados pelos alunos.

As Unidades Educacionais possuem projetos próprios, como o de xadrez, de brincadeiras infantis, resgate da memória local, além dos encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação: São Paulo é uma escola, Pro-

grama Ler e Escrever, pré e pós-aula. Uma parceria entre EMEF e gestão do CEU, com disponibilização de oficinas de música, capoeira, caratê, dança, teatro, fechou uma lacuna existente na composição da carga horária dos alunos, oriunda da diferenciação entre jornadas do professor e permanência dos alunos na escola. Aproveitou-se para disponibilizar a piscina aos alunos visto que durante a semana não era possível participarem pela falta de integração com as aulas da educação física.

### **ANTÔNIO SÉRGIO GONÇALVES**

- Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - Cenpec

O CENPEC nasce em 1987, quando pouco havia de organizações da sociedade civil engajadas na melhoria da educação pública. Tem experiência em vários projetos e não seria possível listar todos sem estar sendo injusto ou não estar sendo fiel a muitos desses trabalhos. Todos os participantes aqui presentes poderão ter acesso à sistematização

desses 22 anos de pesquisa no site do CENPEC, <http://www.cenpec.org.br> e se apropriar de tudo aquilo que foi construído sem fins lucrativos.

Um dos projetos, chamado Ponto de Encontro, consiste em uma proposta de organização de espaços de encontros para adolescentes, com a perspectiva de se ter uma proposta curricular com um jeito informal. Quando falamos em educação integral, as diferentes práticas e atividades oferecidas têm que ser encaradas como organização curricular, pois são oportunidades de aprendizado promovidas por vários profissionais.

O CENPEC se tornou um parceiro da Secretaria da Educação na trajetória da educação em tempo integral.

Quando participamos desses momentos históricos e, após ouvir as professoras Laurinda e Cida, não dá para falar sem paixão daquilo que foi vivenciado, não dá para dizer que se é neutro na discussão da educação pública.



## LILIAM KELIAN

- Coordenadora do Centro de Formação Projeto Aprendiz - Associação Escola Aprendiz

A Associação Cidade Escola Aprendiz é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que, desde 1997, experimenta, desenvolve e divulga o conceito de Bairro-Escola, visando o aprimoramento simultâneo da comunidade e da educação.

A Cidade Escola Aprendiz é um laboratório de pedagogia comunitária dedicado ao aprimoramento da comunidade e da educação através da experiência bairro-escola. O bairro-escola é um arranjo educativo local, sendo um de seus pressupostos o de que a educação não se restrinja ao espaço dentro da

escola, mas é a escola que está contida na educação. Ele é uma ferramenta de gestão prática para integração e articulação dos potenciais educativos de uma comunidade, dos espaços, das pessoas e das iniciativas. O objetivo é garantir condições para o desenvolvimento integral do sujeito e do território. A educação integral resulta, nessa perspectiva, da integração escola, família, iniciativas/saberes comunitários e das políticas públicas em saúde, assistência social, esporte e trabalho. A experiência que quero contar mais especificamente aqui é a da Escola Estadual Carlos Pereira Maximiliano que, em 2007, estava para ser fechada por causa da evasão.

Esta Unidade Educacional procurou o Aprendiz e, hoje, vários jovens que estão no ensino médio participam de nossos projetos, articulados com uma série de oportunidades existentes na Vila Madalena - o Projeto Guri - através da música, da comunicação, das artes plásticas. Realizou-se um mapeamento da região que constatou 40 oportunidades formativas no entorno da escola. Nessa perspectiva pode-se dizer que a educação in-

tegral é o encontro do saber com a comunidade. Desta experiência saem dois desafios importantes: um, de caráter mais pedagógico, é o da integração desses saberes com o currículo escolar para que eles não virem o contraturno. O contraturno não transforma a escola; o que a transforma é considerar o saber que está no entorno da escola e integrá-lo ao currículo. O segundo desafio é político; por isso precisamos pensar no Plano Municipal de Educação, na construção de políticas públicas que sustentem a participação da comunidade dentro da escola.

### **ANA LÚCIA MARCONDES**

• Via Cultural – Instituto De Pesquisa E Ação Pela Cultura

A VIA CULTURAL cria e desenvolve projetos e ações para promover e assegurar a melhor qualidade de vida aos cidadãos, com ferramentas sociais de educação pela cultura, através de projetos culturais de educação não formal, ciclos de debates para a população, seminários / exposições / acompanhamento sócio-educativo / apoio e parcerias

em ações culturais com institutos e entidades governamentais e privadas.

A prof<sup>a</sup> Ana destacou as pinturas expostas ao fundo do Salão Nobre da CMSP, dizendo que São Paulo não é uma cidade igual às outras, já que a primeira construção desta cidade estava ali representada, o pátio do colégio, uma escola. Ressaltou que nós somos a única cidade do mundo fundada a partir de uma escola, que nossa verdadeira essência é a educação e que esta só vai se dar em São Paulo através da cultura. Aquele povo ali representado foi o que nos formou, não era um povo igual a qualquer um, pois já era miscigenado; assim sendo, a nossa cultura está baseada no conhecimento e convivência com todos aqueles povos ali representados. Pela Cultura nós temos que brigar todos os dias, assim como nós temos que representar o direito dos nossos filhos ao estudo, não só ao conhecimento padrão, mas ao conhecimento politicamente correto, com direito à educação de qualidade. A Via Cultural se propõe a fazer essa programação, esse viés entre educação e cultura.